

A Representação Parlamentar Sindical e o “Golpe” de 2016 no Brasil¹

Davilson Marques Cunha²

Resumo: No dia 17 de abril de 2016, com 367 votos a favor, 137 votos contrário, 7 abstenções e 2 ausências, a Câmara dos Deputados Federais do Brasil, aprovou a admissibilidade do processo de *Impeachment* da Presidente democraticamente eleita no pleito de 2014 Dilma Roussef. Nos meses que antecederam a votação e mesmo depois dela, um grande debate se formou acerca da legalidade ou não do processo de impedimento. De um lado os partidários e aliados da presidente que afirmavam estar ocorrendo um golpe político no Brasil, e de outro, seus adversários e opositores que a acusaram de ter cometido crime de responsabilidade fiscal, e, portanto, o processo de impedimento se mostrava legal e legítimo. O sindicalismo brasileiro foi um grande protagonista no processo de redemocratização do país e decisivo nas grandes manifestações sociais e políticas recentes. Atinente ao *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, como votaram os parlamentares com trajetória e vínculos com o movimento sindical diante da possibilidade de cassar um mandato democraticamente constituído de um governo que ainda se autodeclarava dos trabalhadores e de “esquerda”? Existe uma crise de identidade e de autoafirmação do movimento sindical brasileiro? Estas e outras inquietudes orientam compreender a lógica da representação parlamentar sindical e o “golpe” de 2016 no Brasil.

1. Breves considerações sobre a relação partidos políticos e sindicalismo no Brasil.

Considerado um país de democracia plena ressentido, o Brasil contava em 2016 com 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)³ configurando assim na democracia mais pluripartidária já existente na história humana, ainda que este pluripartidarismo exacerbado não represente participação democrática e representação

¹ Ensaio apresentado à disciplina Trabalho, Sindicalismo e Globalização do Programa de Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Graduado em Sociologia e Ciência Política, Especialista em Filosofia Política e Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Doutorando do Programa de Doutorado em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da FEUC – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É investigador do CES – Centro de Estudos Sociais.

³ Segundo dados do TSE (2016), além dos 35 partidos políticos já legalizados 27 estão em processo de legalização.

política, uma vez que a maioria destes partidos se mostram na prática como meras “legendas cartoriais”, isto é, organizam-se apenas para disputas eleitorais, sem efetivamente ter um programa eleitoral, atividades partidárias e militância política organizada. Dos atuais 37 partidos com registro definitivo no TSE, 28 possuem representação na atual legislatura da Câmara dos Deputados.

Esta realidade de latente desfragmentação ocasionada pela pulverização de partidos políticos, ocorre também quando tratamos dos sindicatos. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - *que no caso brasileiro, também é o órgão governamental responsável pela homologação e fiscalização dos sindicatos* - haviam em 2016 aproximadamente 10.847 sindicatos de trabalhadores já devidamente legalizados e 2.232 em processo de legalização visando funcionamento e, por conseguinte dispostos a reforçar a luta sindical na defesa da classe trabalhadora.

Não obstante o universo de milhares de sindicatos espalhados pelo Brasil, esta realidade é também compartilhada quando analisamos as centrais sindicais. Atualmente existem doze centrais sindicais homologadas e cinco em fase adiantada de homologação, colocando o Brasil numa realidade *sui generis* da representação sindical.

Tantos os partidos quanto os sindicatos, por conta de sua natureza política de construção de um plano societal, apresentam um universo de pluralidade e níveis diferenciados de ideologia programática. Estrategicamente estes atuam no sentido de buscar espaços sólidos para tentar impor ou ao menos negociar seus interesses diretamente com os outros atores de cena política. No caso do Estado Novo (1937-1945), este processo conduziu a um momento de intensa atividade legislativa sobre o campo das relações laborais de cunho capitalista, denominado por Rodrigues (1979) com a era do “controle sindical” de 1934 até 1945, primeiro governo de Getúlio Vargas.

A relação de proximidade entre sindicatos e partidos políticos não é um fenômeno recente na história brasileira. Na verdade, sua primeira e talvez mais latente experiência tenha ocorrido no Estado Novo⁴, onde ao mesmo tempo que elegeu o trabalhismo como sua ideologia principal, criou um movimento de opinião pública favorável à figura de Vargas: o getulismo. Como assinala Gomes e D' Araújo (1985), centrado na obra social do

⁴ Estado Novo, Terceira República Brasileira, Getulismo ou mesmo Era Vargas, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 1937, que vigorou até 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo, mas, que estabeleceu uma simbiose com o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro, inaugurando no caso brasileiro relação direta sindicato/partido/sindicato.

ditador e no tipo de relação direta e emocional que ele mantinha com a massa trabalhadora, o trabalhismo, como ideologia política, era, juntamente com o getulismo, uma invenção do Estado Novo.

Esta simbiose é assim descrita por Delgado (1989), destacando a:

[...]forte vinculação partido e sindicato através de uma constante interpenetração de objetivos e estruturas, passará a ser indicativo importante dos rumos adotados pela atuação dos sindicatos naquela conjuntura [...]. Muitas das proposições programáticas [...] serão adotadas integralmente pelo movimento sindical daqueles anos, chegando a orientar, inclusive, sua linha de militância e mobilização [...]. A contrapartida dessa aliança para os trabalhadores é a procura de garantia de sua participação, de sua inclusão na arena da cidadania (DELGADO, 1989:276).

Do ponto de vista programático-ideológico, ao longo dos anos e em todas as partes do mundo os Partidos Políticos, vem passando por contínuos processos de “mutações” que ocasionam uma flexibilização e/ou distanciamento dos princípios ideológicos que foram essenciais para sua constituição. Existe uma “malemolência política” cujo ritmo envolvente da miscelânea musical⁵ do jogo político e de interesses, pode acarretar uma perda da identidade programática e ideológica, e levando os partidos a se aproximarem, mais à “esquerda”, “direita”, ou ao “centro” sem grandes constrangimentos. O campo identitário e de afirmação ideológica dos partidos, pode ser entendido como processo de *auto localização no contínuo direita-esquerda* descrito por Singer (2000) e Carreirão (2006; 2007). A flexibilização deste campo identitário/ideológico que atinge muitos partidos ao redor do mundo, não é recente e vem ocorrendo desde o final do século XX:

[...] a queda do muro de Berlim não eliminou as diferenças ideológicas, mas enfraqueceu muito a importância das ideologias na definição da vida política, incluindo-se aí os partidos políticos. Não são apenas os partidos que abandonaram suas ideologias. São elas que entraram em declínio (SELL, 2006, p. 164).

Nota-se que o *spectro* político em torno da relação partidos e sindicatos é profundamente marcado por partidos flexíveis quanto à sua ideologia programática, e um modo de fazer sindicalismo cujo universo mostra-se mais amplo e fragmentado constituindo assim um terreno movediço e inseguro para se estabelecer uma análise mais homogênea e generalista. Numa democracia essencialmente política como é a brasileira, onde os partidos ocupam papel central nos processos eleitorais - uma vez que gozam de uma primazia exclusivista das candidaturas – ter adesão popular e uma

⁵ Alguns partidos “*dançam conforme a música*” e o ritmo pouco importam, o importante é estar participando da “*festa do poder*”.

aproximação maior com nichos eleitorais, apresentam-se como estratégias fundamentais para a conquista de espaços de poder. Logo os movimentos sociais organizados e especialmente os sindicatos, ficam constantemente no radar de percepção dos partidos, para uma “parceria” tão logo seja possível estabelecer agenda de interesses comuns.

2. Os parlamentares e as bancadas sindicais na Câmara dos Deputados no Brasil.

Após a realização de uma pesquisa mais detalhada sobre a presença na Câmara dos Deputados, daqueles parlamentares que são, se intitulam ou estabelecem alguma relação como o movimento sindical, foi possível perceber ao menos 3 tipos de classificação ou listas que reúnem estes representantes da classe trabalhadora.

A primeira e mais conhecida é a proposta pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que possui uma longa trajetória nestas análises. Para o DIAP (2014) a bancada sindical na Câmara dos Deputados é atualmente composta 51 parlamentares.

Uma segunda classificação que podemos perceber, é a proposta pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), onde concentra informações da autobiografia dos parlamentares. Em linhas gerais há um cruzamento de informações prestada pelos próprios parlamentares ou sua assessoria, que são disponibilizadas na apresentação de cada um no site da Câmara. Esta classificação do CEDI, é possível ao estabelecer uma consulta específica sobre atuação, onde ao pesquisar “Sindicalista” é apresentado uma listagem dos parlamentares que se declaram como tal. Atualmente o CEDI afirma existirem 73 parlamentares compõem a bancada sindical⁶.

Uma terceira classificação é a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora⁷ na Câmara dos Deputados, formada por Deputados Federais e Senadores da República. Esta frente é suprapartidária e envolve representantes de partidos de esquerda, centro e direita. A frente é composta por 193 parlamentares da bancada sindical.

Como é possível perceber, existe uma diferença no universo quantitativo de cada bancada sindical apresentada. Logo é grande a possibilidade que esta discrepância

⁶ Este levantamento foi solicitado no dia 01 de novembro de 2016 no próprio site da Câmara. A resposta chegou no dia 10 do mesmo mês, com uma lista que apresentava 73 parlamentares.

⁷ Em 09 de Junho de 2016, por meio do Requerimento N^o 4.638/2016 de Autoria da Dep. Moema Camacho do PT, subscrito por 193 Deputados Federais e 12 Senadores da República, foi instituída a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora do Congresso Nacional.

quantitativa se repita no universo qualitativo, inserindo dentro do mesmo contexto de importância, parlamentares com uma longa trajetória e experiência no universo sindical e àqueles que apenas apresentam uma ambientação e uma relação de pouca profundidade temática sindical.

Deste modo, ao apresentar cada uma destas classificações não pretendemos analisar ou tecer críticas à sua composição e nem aos critérios adotados para tal. O que pretendemos é apenas proceder uma análise sobre como votou cada um dos Deputados Federais na sessão de impeachment de Dilma Rousseff em abril de 2016, fazendo um comparativo entre estes espaços de atuação e o resultado da votação.

2.1. O DIAP e a Bancada sindical na Câmara dos Deputados.

Findada as eleições de 2014 o congresso nacional tomou uma nova configuração e composição política. Algumas bancadas como a evangélica e a empresarial ganharam força e outras sofreram uma significativa redução. Das bancadas parlamentares que mais sofreram perda em relação eleição anterior de 2010, destaca-se a bancada sindical que passou de 83 parlamentares para 46, dos quais 14 eram novatos no parlamento. No jogo político do poder legislativo, o voto - *ou a maior quantidade destes* - é sinônimo de força, importância e elevadas chances de efetivação, tornando a redução da bancada sindical na Câmara dos Deputados numa grande ameaça à pauta em defesa dos direitos da classe trabalhadora (DIAP, 2014).

Nos primeiros meses de 2015, algumas bancadas sofreram adesões de parlamentares, que num primeiro momento não foi possível diagnosticar sua principal atuação, ou ainda àqueles que optaram por dedicar seu mandato à temas correlatos ou que orbitam em torno de suas plataformas eleitorais. Desta feita, segundo estudo de Neuriberg Dias, jornalista e assessor parlamentar do DIAP intitulado “O novo Congresso Nacional e os desafios para o movimento sindical - 2015 a 2019”, a bancada sindical na Câmara dos Deputados passou a ser composta por 51 parlamentares que se organizam e articulam sua atuação parlamentar em torno dos temas defesa dos direitos sindicais e previdenciários, manutenção da política nacional de salário mínimo e redução da jornada de trabalho.

2.2. As atividades sindicais, representativas de classe e associativas trabalhadoras da Câmara dos Deputados

Durante o processo de pesquisa e levantamento de informações para subsidiar a análise contida neste ensaio, submetemos ao CEDI um breve questionário, afim de conhecer o real universo de participação e representação sindical naquela casa legislativa. Em resposta ao questionário, a referida coordenação, nos enviou uma listagem dos parlamentares que da atual legislatura⁸, declararam algum tipo de trajetória sindical, compreendido no quadro de atuação definido pelo do Sistema de Informações Legislativas como Atividades Sindicais, Representativas de Classe e Associativas (SILEG).

Verificou-se que dos 513 Deputados existentes na Câmara, 73 definem em sua biografia de apresentação alguma trajetória e/ou participação no sindicalismo. Em análise mais esmiuçada dos dados enviados pelo CEDI, foi possível notar que a quase totalidade destes 73 deputados apresentam de fato alguma trajetória relacionada aos terrenos do sindicalismo tanto urbano quanto rural. Estas trajetórias que vão desde anos de filiação e participação ativa nos sindicatos à ocupação de cargos de direção sindical e até mesmo de centrais sindicais. Muitos dos parlamentares que se auto definem sindicalistas verdadeiramente atuam na defesa da classe trabalhadora, tendo-a como a maior das bandeiras de suas atuações parlamentar, confirmando assim uma relação com suas bases sindicais.

Quase todos os 73 Deputados que se apresentam como sindicalistas, são membros da Frente parlamentar mista em defesa da classe trabalhadora, o que nos leva a crer, em uma forte inclinação da atuação parlamentar em apoio a única frente parlamentar que trata diretamente das questões sindicais na Câmara dos Deputados.

2.3. A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora na Câmara dos Deputados.

A instalação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora do Congresso Nacional⁹ – que envolve Deputados Federais e Senadores da Republica – em junho de 2016 surge como uma tentativa pôs de golpe, de articular esforços no intuito de evitar a aprovação de propostas que limitem, reduzam ou acabem com direitos legalmente assegurados aos trabalhadores brasileiros.

⁸ A 55ª legislatura da Câmara dos Deputados Federais do Brasil e que compreenderá o mandato compreendidos no quadriênio (2015-2019).

⁹ Formada por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de outras centrais sindicais, com apoio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Num contexto de grande descontentamento da sociedade brasileira com a classe política, acentuando ainda mais a já propalada crise de representação, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Classe Trabalhadora, traz consigo o grande desafio, de fortalecer e ampliar o diálogo do Parlamento com as entidades de representação sindical e os movimentos da sociedade civil organizada em geral. Nascida dois meses após o *impeachment* de Dilma Rouseff, como será que votaram estes mesmos parlamentares que hoje por meio da Frente Parlamentar Mista, assumem o compromisso de luta em defesa dos interesses da classe trabalhadora?

No Brasil, a lei que regulou e orientou o processo de *impeachment* é a Lei Nº 1.079 de 10 de abril de 1950 que “define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento” (BRASIL, 1950:s/p) foi sancionado no governo do então presidente Gaspar Dutra¹⁰. Este tipo de processo ocorreu ainda em 1992, com o *impeachment* do então Collor¹¹, tornando este tipo de instrumento, algo já conhecido pela recente democracia brasileira.

3. O Golpe de 2016 no Brasil: um acontecimento em construção

Marcando uma trajetória de 14 anos no comando do governo brasileiro¹², O Partido dos Trabalhadores (PT) viu-se diante de uma possibilidade que marcaria profundamente sua luta em defesa da democracia. Ver a presidente da nação, ser destituída do poder acusada de improbidade administrativa “mancharia” para sempre a história do maior partido de “esquerda” e de massas da América Latina e um dos maiores do mundo.

Ao findar as eleições gerais de 2014, o Partido dos Trabalhadores (PT) foi o que mais perdeu representantes na Câmara dos Deputados. Na eleição de 2010, a legenda havia eleito 88 deputados, enquanto nas eleições seguintes foram 69, uma redução de 21,60%. Nesta mesma vertente de percas, os deputados ligados a outros movimentos sociais e/ou causas sociais, também tiveram uma redução significativa. Todavia, nenhuma bancada sofreu mais com a perda de espaço representativo na Câmara dos Deputados,

¹⁰ Eurico Gaspar Dutra do PSD – Partido Social Democrático foi o 16º Presidente do Brasil e governou de 31 de Janeiro de 1946 à 31 de Janeiro de 1951.

¹¹ Fernando Collor de Melo, eleito pelo PRN – Partido de Reconstrução Nacional presidiu o Brasil de 15 de Março de 1990 à 26 de Dezembro de 1992.

¹² Considerando 8 anos do governo Lula 2003/2006 e 2007/2010 e 06 anos de Dilma Rouseff 2011/2014 e 2015/2016 ano de cassação de seu mandato.

quanto a bancada sindical que foi reduzida quase à metade, passando de 83 para 46 parlamentares.

Mais que uma perda de representatividade política sindical na câmara dos deputados, foi uma derrota do sindicalismo *atrelado* ao PT. O sindicalismo ligado ao partido em questão, notadamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), distanciou-se da luta intransigente da classe trabalhadora e dos seus direitos, se transvestindo de uma postura híbrida e dúbia. A CUT nos ambientes internos dos congressos, resoluções e outros, estabelecia uma crítica ao governo e suas medidas prejudiciais a classe trabalhadora, todavia sem estabelecer, ao menos publicamente, um tensionamento, ou mesmo discordância com os rumos da política econômica, especialmente àquelas medidas que afetam diretamente a classe trabalhadora em seus direitos adquiridos.

Com a matéria intitulada “Congresso eleito é o mais conservador desde o fim da ditadura”, o DIAP, em pesquisas preliminares realizadas sobre o perfil dos parlamentares eleitos nas eleições gerais de 2014 apontou que o Congresso Nacional que passou a legislar em 2015 seria o mais conservador desde a redemocratização do país, no final da década de 1980. Segundo Antônio Augusto Queiroz diretor de Documentação do órgão “seriam sérios os riscos de retrocessos em relação aos direitos civis e à legislação trabalhista” (DIAP 2014:76).

Neste estudo dos resultados pós eleições de 2014 o jornalista, analista político e diretor de Documentação do DIAP Antônio Augusto de Queiroz destacou que:

[...] responsabilidade pela redução da bancada sindical, de um lado, é do próprio movimento sindical, que não investiu na reeleição dos atuais nem se empenhou o suficiente para eleger novos, e, de outro, porque os partidos, especialmente os de esquerda, mudaram seus perfis para privilegiar os candidatos da máquina pública em detrimento daqueles com origem nos movimentos sociais, especialmente o sindical (DIAP 2014:98).

Mas, porque a sociedade brasileira elegeu um congresso com perfil tão conservador e como este panorama político, poderia se constituir como uma ameaça à democracia com o *impeachment* de Dilma Rousseff. A obra intitulada “Por que gritamos golpe?” Para entender o impeachment e a crise política no Brasil, que reuniu ensaios de André Singer, Rui Braga, Marilena Chauí, Armando Boito Jr e Michel Lowi [*et. al*], constitui-se num esforço de se estabelecer um amadurecimento do debate público sobre a crise política no Brasil, tendo como elemento central a análise sobre a dinâmica do processo de

impeachment da presidente Dilma Rousseff, dentro de uma perspectiva multidisciplinar e de esquerda.

Neste livro, Michael Lowi (2016), analisou este cenário por aquilo que ele chamou “Da tragédia à Farsa¹³, o golpe de 2016 no Brasil” onde este pensador marxista destacou que o principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como a “Bancada BBB¹⁴”: “Bala” (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), “Boi” (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e “Bíblia” (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos).

Lowi (2016), destacou que entre os partidários mais empolgados com a destituição de Dilma destaca-se o deputado Jair Bolsonaro, que dedicou o seu voto aos oficiais da ditadura militar e nomeadamente ao coronel Ustra¹⁵, um torturador notório. Uma das vítimas de Ustra foi Dilma Rousseff, que no início dos anos 1970 era militante de um grupo de resistência armada.

Outro aspecto destacado por Lowi é a falsa aparência de legalidade e constitucionalidade que os arquitetos do golpe tentam construir. Segundo ele o que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir. Mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores.

Neste cenário de construção, Lowi (2016) destaca que:

[...] a prática do golpe de Estado legal parece ser a nova estratégia das oligarquias latino-americanas. Testada em Honduras e no Paraguai (países que a imprensa costuma chamar de “República

¹³ Alusão ao que MARX citando Hegel, escrevera no 18 de Brumário de Luís Bonaparte, que os acontecimentos históricos se repetem duas vezes, primeiro como tragédia e depois como farsa. O golpe de 1964 foi uma tragédia e o de 2016 uma farsa.

¹⁴ O BBB - Big Brother Brasil é a versão brasileira do reality show Big Brother, criada por John de Mol, cuja primeira temporada mundial foi realizada em 1999 nos Países Baixos. No Brasil o BBB além de marcado por grande audiência, foi alvo de muitas críticas pelo conteúdo fútil e irrelevante.

¹⁵ Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932 –2015) foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) de 1970 a 1974. Este órgão foi um dos mais atuantes na repressão política, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Em 2008, o Coronel Ustra tornou-se o primeiro militar a ser reconhecido, pela Justiça, como torturador durante a ditadura.

das Bananas”), ela se mostrou eficaz e lucrativa para eliminar presidentes (muito moderadamente) de esquerda. Agora foi aplicada num país que tem o tamanho de um continente (LOWI, 2016:64).

Outro contributo destacável neste esforço de perceber da dinâmica de construção do golpe no Brasil é a obra intitulada “A radiografia do golpe” do Sociólogo e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Jessé Souza. Por meio de um exame crítico, ele descreve a trama do golpe e analisa os caminhos tortuosos que trouxeram o país a um cenário de turbulência política e econômica, deixando claros os mecanismos que permitiram às elites manipular a população em benefício próprio.

Segundo Souza (2016) semelhantemente ao golpe de 1964, o ocorrido em 2016 apresenta mecanismo similares, que permitiram a elite do dinheiro instrumentalizar e ser a “mandante” do golpe, realizado em seu nome pelo parlamento. Trata-se de um golpe de classe e parlamentar associado à elite econômica brasileira. Tratando em miúdos, o que o autor chama atenção é que todos os golpes, inclusive o atual, são uma fraude bem perpetrada pelos donos do dinheiro, que são os reais “donos do poder”. Quem compõe essa elite?

A elite do dinheiro é antes de tudo a elite financeira, que comanda os grandes bancos e fundos de investimento e que lidera outras frações de endinheirados como a do agronegócio, da indústria e do comércio, secundada pelos meios de divulgação que distorcem e fraudam sistematicamente a realidade social como se fosse “terra arrasada e país falido (SOUZA, 2016:43).

Finalmente Souza (2016), sentencia que tanto em 1964, quanto hoje em 2016, seja por via militar armada e fortemente repressora seja por via parlamentar falseada de legitimidade, a mesma lógica de funcionamento se processa. As elites econômico-financeiras e a casta política conservadora praticam a rapinagem de grande parte da renda nacional contra a vida e o bem-estar da maioria do povo, submetido à pobreza.

A Organização Não Governamental Transparência Brasil, publicou em 2014 um trabalho intitulado “Clãs Políticos no Congresso Nacional¹⁶” onde, alertou que a quase totalidade dos partidos protagonistas do Golpe como DEM, PMDB, PP, PTB, PSC, PSB, PR e PSDB lideravam o ranking das oligarquias políticas familiares. Mas, de forma mais analítica, qual é a verdadeira Câmara dos Deputados que em sua esmagada maioria votou pela cassação de Dilma Rousseff? Não me refiro apenas ao perfil conservador,

¹⁶ Trabalho realizado pela pesquisadora Lauren Schoenster, com supervisão de Natália Paiva e coordenação executiva de Claudio Weber Abramo.

destacado anteriormente, mas, ao perfil ético e de integridade moral e política dos parlamentares votantes.

Segundo um levantamento realizado pelo Contas Abertas¹⁷ (2014) dos 513 deputados federais, 299 acumulam 1.131 “ocorrências judiciais”, segundo informações disponíveis no Excelências¹⁸. Desse grupo, 191 parlamentares têm mais de um inquérito ou processo. Cruzando o número de deputados de cada partido com o total de parlamentares da Câmara com “ocorrências judiciais”, constata-se que 17 partidos possuem 50% ou mais de seus parlamentares com algum tipo de registro na Justiça e/ou Tribunais de Contas. São ainda conclusões do estudo:

- Em números absolutos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, partido do Presidente Temer, e que até pouco tempo presidia as duas casas legislativas é o partido que reúne mais deputados com “ocorrências” na Justiça e/ou Tribunais de Contas. Ao todo, dos 67 peemedebistas, 43 têm registros em seus nomes;
- Existem 76 deputados com condenações – seja na Justiça, nos Tribunais de Contas ou na Justiça Eleitoral. Dessas condenações, ao menos 36 foram por improbidade administrativa;
- 34 parlamentares são investigados por crimes contra a Lei de Licitações;
- 51 deputados que são réus no STF. Juntos, eles respondem por um total de 70 ações penais;
- Ao menos 21 deputados são alvos de inquérito aberto com a Operação Lava Jato, do MPF – Ministério Público Federal.

Até que ponto uma Câmara dos Deputados, totalmente desmoralizada do ponto de vista ético e que parcela significativa de seus membros respondem a processos judiciais que investigam crimes graves contra a ordem pública, estaria legitimado a cassar um mandato de uma presidente que não respondia a nenhum crime, e cujo acusação

¹⁷ A Associação Contas Abertas é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, que reúne pessoas físicas e jurídicas, lideranças sociais, empresários, estudantes, jornalistas, bem como quaisquer interessados em conhecer e contribuir para o aprimoramento do dispêndio público, notadamente quanto à qualidade, à prioridade e à legalidade. Ver em <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/12770>

¹⁸ O projeto **Excelências** traz informações sobre todos os parlamentares em exercício na Câmara dos Deputados. Os dados são recolhidos das próprias Casas legislativas, dos Tribunais de Justiça, dos Tribunais de Contas, de cadastros mantidos por ministérios e de outras fontes públicas. O projeto disponibiliza espaço para que os políticos retratados apresentem argumentos referentes a informações divulgados no projeto.

centrava-se na feitura de um procedimento orçamentário realizado por todos os 27 governadores atuais e todos os outros presidentes que a antecederam?

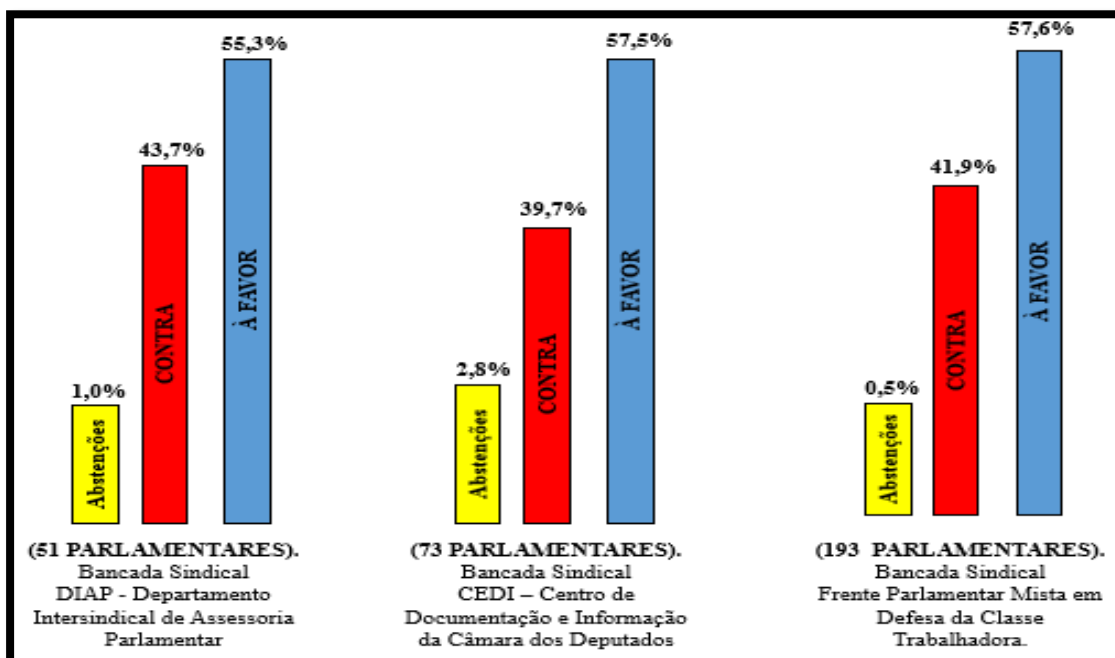
A admissibilidade do pedido de *impeachment* da Presidente Dilma Rouseff, por parte da Câmara dos Deputados, está fundamentada no desrespeito à "lei orçamentária" e ao princípio da "probidade administrativa". O pedido argumentava que as "pedaladas fiscais" (atraso de pagamentos aos bancos públicos) e o esquema de corrupção na Petrobras significam o descumprimento da lei. No entanto dois aspectos valem ressaltar. Primeiro que muitos e conceituados juristas não consideram irregularidades fiscais motivo suficiente para um *impeachment*, e depois que nenhuma prova fora apresentada de que ela seria responsável pelos desvios na estatal.

Logo a afirmação de que houve um golpe no Brasil não é apologética ou meramente de cunho político, partidário e ideológico, mas, sim, orientado pela condição ética e política de um parlamento totalmente comprometido em depor uma presidente eleita, que não foi formalmente acusada de nenhum crime.

4. Votos das Bancadas Sindicais no *Impeachment* de Dilma Rouseff.

GRÁFICO I

Votos das bancadas sindicais no impeachment de Dilma Rouseff em abril de 2016



Fonte: Cunha (2016)

Analisando os dados acima, podemos perceber que independentemente da bancada sindical - seja ela proposta pelo DIAP, CIDE ou mesmo a Frente Parlamentar Mista em

Defesa da Classe Trabalhadora na Câmara dos Deputados - os votos dos parlamentares foram majoritariamente à favor do *impeachment* de Dilma Roussef. Os percentuais das três bancadas analisadas, foram muito próximos do mínimo necessário 2/3 (dois terços) dos votos válidos finais – extraídos as abstenções e faltas, para efetivação da cassação.

A menor diferença entre os votos *à favor* e *contra* ao processo foi encontrada na bancada sindical do DIAP. Esta diferença menor decorre fundamentalmente por ser este Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar uma organização que analisa constantemente o dia-dia do Congresso Nacional Brasileiro, buscando realizar análises políticas antenadas na realidade dinâmica da ordem política brasileira. Das três bancadas propostas, a do DEIP é que possui menor quantitativo de membros, o que permite uma maior seletividade nos critérios de adoção, fazendo com que os parlamentares sindicais desta bancada sejam efetivamente oriundos do sindicalismo, e, portanto, com maior propensão à compor o campo da esquerda ou centro esquerda, em tese seria o campo que aglutinaria os partidos mais ligados ao PT e à base de sustentação do Governo Dilma Roussef.

A maior diferença entre os votos das bancadas *à favor* e *contra* à cassação do mandato de Dilma Roussef, ocorreu na bancada proposta pelo CEDI. Isto deve-se, fundamentalmente ao fato de que o critério de definição, é o cruzamento de informações a partir da descrição de apresentação que cada parlamentar ou sua assessoria disponibiliza no site oficial da Câmara dos Deputados. O CEDI apenas organiza estas informações, afim de dá-las um padrão descritivo, visando a objetiva e sucinta apresentação de cada parlamentar. Não há um processo de confirmação das informações prestadas pelo parlamentar ou sua assessoria, o que acaba por ter parlamentares com pouco ou nenhuma experiência no campo sindical das lutas trabalhistas sendo classificados com sindicalistas de fato e de direito.

Na bancada da Frente parlamentar mista em defesa da classe trabalhadora na Câmara dos Deputados, encontramos um resultado “à favor e contra”, que acompanhou a tendência das demais bancadas, ou seja uma adesão majoritária favorável à cassação do mandato presidencial. Uma particularidade que podemos apreender desta bancada, é o expressivo número de parlamentares que fazem parte da mesma, 193 deputados federais ao todo. Se compararmos com o universo de 513 deputados

existentes na Câmara dos Deputados, esta bancada aglutina 37,62% do total dos deputados.

Esta realidade vista de forma imediata e superficial, levaria a crer que estes 193 deputados, por serem representantes sindicais, estariam empenhados e organizados em fortalecer a luta da classe trabalhadora. Longe disso, por ser a frente parlamentar uma iniciativa que para sua criação demanda uma quantidade de assinaturas de deputados favoráveis à sua criação, muitos que assinam e manifestam interesse na sua criação, se quer são representantes ou lideranças emergidas do movimento sindical. Apenas manifestam adesão a uma iniciativa em processo de implementação para participação eventual e/ou esporádica, ou até mesmo, parlamentares de campo opostos que se inscrevem para equilibrar debates e eventuais encaminhamentos da frente parlamentar.

4.1. Todo poder emana do povo?

A Constituição brasileira, em seu Artigo 1º, parágrafo único, declara que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (BRASIL,1988). Trata-se de um modelo de representação política e democrática indireta, em que a sociedade delega a um representante o direito de representá-lo, e de tomar as decisões que melhor favoreça os interesses de toda a população.

Todavia este modelo de democracia representativa vem ao longo dos anos recebendo severas críticas em decorrência de diversos episódios onde fica evidente o distanciamento dos reais interesses do povo e agenda política de prioridades dos seus representantes que ao invés de administrar em favor do povo acabam agindo em benefício próprio.

De acordo com Manfredini (2008):

[...] o que tem se vivenciado no Brasil é a crise desse modelo. Os representantes já não representam o povo; este, por sua vez, já não se interessa pelos assuntos políticos. O número de partidos cresce, mas as ideologias continuam as mesmas, e, o poder legislativo ainda não logrou sua independência, continua a operar com preponderância do executivo (MAFREDINI, 2008:25).

Num modelo de democracia pautado na representação política, onde os representantes se distanciam dos reais anseios, vontades e necessidades dos representados, o voto e vontade da maioria, tornam-se mero adereço, as vezes com quase ou nenhuma importância. Isso ocorreu no Brasil, no caso do Golpe de 2016, onde

uma presidente eleita democraticamente por 54,5 milhões de voto foi impedida de governar por conta de 317 votos dos “representantes do povo”.

5. O Golpe no contexto nacional e internacional

Os meses que antecederam a votação do *impeachment* da Presidente Dilma Rouseff pelo congresso nacional e mesmo após ela, foram marcados por uma efervescente onda de manifestações contra e a favor da cassação. As organizações sindicais estavam diante de um momento importante da história democrática brasileira. A possibilidade de uma presidente eleita democraticamente por mais de 54 milhões de brasileiros, ter seu mandato legitimo cassado por um congresso eticamente encharcado por casos de corrupção, criariam em tese um cenário de grande revolta popular.

No Brasil as grandes centrais sindicais organizaram um conjunto de manifestações que buscavam alertar sobre o golpe em curso no Brasil. Estas centrais somaram forças com sindicatos e movimentos sociais estabelecendo uma contraofensiva ao golpe em curso no Brasil. Surgiram a **Frente Brasil Popular** que reúne centrais sindicais, sindicatos, centenas organizações de diversas áreas dos movimentos sociais urbano e rural, liderada pela CUT, CTB e outros movimentos sociais e a **Frente Povo Sem Medo**, que é uma frente unitária que envolve mais de 30 movimentos sociais nacionais que tem como maior objetivo a realização de amplas mobilizações populares focada em mobilizações contra o ajuste fiscal e o conservadorismo. Tanto a Frente Brasil Popular quanto a Frente Povo sem Medo uniram forças afim de estabelecer uma ampla mobilização da sociedade para contar aquilo que eles chamavam de “assassinato da democracia” e “golpe parlamentar” e “estado de exceção”.

A necessidade de se perceber o contexto do golpe de 2016 no Brasil, sua importância e repercussão internacional, é tornada evidente nas palavras de Boaventura para quem acredita que:

Estamos envolvidos em uma luta não só nacional, mas internacional, dada a importância do Brasil. É imperativo unir os esforços e ter alguma clarividência sobre o momento difícil que enfrentamos. Estou absolutamente convicto de que se trata de um golpe parlamentar e de que estamos diante de um governo ilegítimo. Um golpe diferente dos que ocorreram em Honduras e no Paraguai, mas que tem, no

fundo, o mesmo objetivo, que é, sem qualquer alteração constitucional, sem qualquer ditadura militar, interromper o processo democrático 2016¹⁹.

5.1. Sindicalismo internacional e a percepção do golpe no Brasil.

O sindicalismo internacional tem sido ao longo dos anos, objeto de escrutínio por muitos autores que buscam compreender sua dinâmica, efetividade e limitações. O universo das relações laborais mantém ao mesmo tempo aspectos gerais e homogêneos comum à vários países, bem como possuem elementos característicos e específico de cada um destes.

As abordagens em torno do sindicalismo internacional e/ou transnacional agrupam-se em torno dos que o percebe como uma força pujante e capaz de articular a luta sindical e escala transnacional construindo uma identidade de um sindicalismo coeso, solidário e efetivo em âmbito internacional. Existem ainda os que percebem o sindicalismo internacional e/ou transnacional sob a ótica de um mosaico de realidades sociais, econômica e políticas distintas, que criam um conjunto de limitações à sua atuação. Dentre estes trabalhos destacamos, o “Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT. Costa (2008), que indaga sobre a existência, formas e efetividade de uma política de relações internacionais no âmbito do movimento sindical brasileiro e português. Após um levantamento minucioso Costa (2008), afirmar existir nestas organizações sindicais uma percepção da importância de uma atuação articulado em escala internacional, mas, que a mesma se mostra pouco efetivada, e apresenta um conjunto de determinantes para esta situação.

Partindo de um cenário bifronte de crise e força do movimento sindical, Costa (2008) apresenta um contexto geral de dificuldade e limitação para a implementação de um sindicalismo internacional, onde a centralidade de preocupação e o foco prioritário nos espaços nacional para a atuação sindical, ocupam parte considerável da agenda diária. Outro aspecto salientado pelo autor é a competição inter-sindicatos agravada pela ausência de uma lógica de cooperação e solidariedade entre as organizações sindicais, que pode ser dimensionada pela numa escassez de teoria sobre sindicatos de atuação

¹⁹ Comentário de Capa do Livro “Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil/[et.al]. Coleção Tinta Vermelha – 1 Ed. São Paulo:Boitempo:2016.

em escala internacional e/ou transnacional²⁰. Os recursos financeiros limitados, que dificultam o custeio de uma agenda mais transnacional, bem como a ausência de agência global de regulação laboral, são ainda para o autor elementos que determinam a “metáfora do sindicalismo global”.

Nossa pretensão neste momento não é de concordar ou discordar de nenhuma das correntes, e nem de dar ênfase e destaque em demasia às centrais e confederação internacionais de sindicatos, até porque inserimo-las num cenário de representatividade muito mais alegórico e simbólico do que efetivo e capaz de promover uma alteração mais significativa na luta sindical ao redor do mundo ou num conjunto de nações. A obra de Costa (2008) destacada acima, já esmiuçou questões relativas aos limites desta internacionalização sindical, onde evidencia-se uma capacidade limitada de articulação efetiva para além das fronteiras nacionais. Buscaremos apenas, mostrar como as duas mais importantes confederações sindicais internacionais demarcam ideologicamente sua visão acerca do impeachment de Dilma Rousseff no Brasil.

No contexto internacional, o golpe parlamentar no Brasil, também foi alvo de manifestações e críticas, tantos de organizações e movimentos sociais, notadamente o sindical, quanto dos grandes veículos de comunicação. A *International Trade Union Confederation* (ITUC)²¹ que é presidida pelo brasileiro João Felício repudiou o golpe no Brasil, bem como a agenda do governo “legítimo” de Michel Temer. A *World Federation of Trade Unions* (WFTU)²² em nota condenou energicamente aquilo que chamou de “Golpe de Estado Parlamentar no Brasil”. Ter duas das maiores organizações sindicais do planeta adotando uma postura de contrária veemência ao golpe no Brasil, cumpre uma simbologia importante do como o sindicalismo internacional percebe o golpe ocorrido no Brasil.

²⁰ No texto “Apolítica internacional da CUT: etapas e desafios” apresentado no Cedec em 22.01.2003. COSTA cita Armando Boito Jr. Que considerou as relações internacionais como um importante tema de análise “à espera de pesquisadores”.

²¹ A Confederação Sindical Internacional (CSI) é a maior federação internacional de sindicatos. Foi formada a 1 de novembro de 2006 pela fusão da Confederação Internacional de Sindicatos Livres e da Confederação Mundial do Trabalho. O congresso fundador da CSI realizou-se em Viena e foi precedido por congressos da CISL e da CMT deliberando as respectivas dissoluções. A CSI representa 175 milhões de trabalhadores através dos seus 311 afiliados em 155 países e territórios.

²² A WFTU surgiu em outubro de 1945, em Paris, com a participação de 56 organizações nacionais de 55 países e 20 organizações internacionais, representando 67 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Sua sede está localizada em Atenas (Grécia).

²³ As matérias aqui destacadas foram encontradas em pesquisa nos sites dos próprios veículos de comunicação.

Nos dias que antecederam a votação do Impeachment, importantes veículos de comunicação ao redor do mundo²³ destacaram reportagens que denunciavam o golpe em curso no Brasil. A capa do diário norte-americano, o *New York Times* com a manchete “Legisladores brasileiros que tentam derrubar Dilma enfrentam suas próprias denúncias de corrupção” revelou aos norte-americanos que a derrubada de Dilma é promovida por corruptos. Já o *New York Times* e *Le Monde* destacou em suas capas que o “o golpe cheira mal”. A revista *Forbes* denunciou “Investigações de corrupção vão parar após o impeachment de Dilma”. O *The Guardian da Inglaterra* “As tentativas de derrubar a Presidente Dilma Rousseff são antidemocráticas”.

6. Considerações Finais

A máxima de que no Brasil, pode até se governar sem apoio popular, mas, nunca sem ampla maioria no parlamento, fez-se da retórica a prática. O Congresso mais conservador eleito em 2014, acrescido da redução das bancadas sindical e outras bancadas mais progressistas, já anunciavam tempos difíceis para o segundo mandato de Dilma Rousseff.

Do ponto de vista histórico, o movimento sindical contemporâneo é o herdeiro genético do movimento operário inglês do século XIX, aquele mesmo a quem Marx e Engels chamaram de revolucionário e transformador da sociedade. A obra teórica marxista conferiu ao movimento operário um conteúdo ideológico mais sólido que o de outras tendências socialistas. Nela fica evidente o papel relevante da consciência de classe e a organização política da classe trabalhadora para fazer frente aos avanços do grande capital e da acumulação capitalista. Essa organização da classe trabalhadora, colocara em campos distintos dois atores sociais daquele período: o proletariado, representado pelo trabalhador operário e a burguesia representada pelo capitalista burguês.

O marxismo é talvez a principal corrente teórica que conferiu à ideologia de esquerda um sentido prático e um alinhamento teórico. Estes estavam centrados na luta e resistência da classe trabalhadora, era, portanto, instrumento de emancipação da consciência de classe. Portanto se o movimento sindical de outrora é o legítimo herdeiro do revolucionário operariado inglês, e sendo a obra marxista um importante e valioso contributo para a esquerda, seria lógico e até natural, pensarmos sindicatos - organizações de luta em defesa da classe trabalhadora – como sendo essencialmente de esquerda, contestadoras e contra hegemônica.

Mas, porque parlamentares com alguma experiência e vivência no universo sindical votaram em sua ampla maioria a favor do impeachment da Presidente Dilma Rousseff? Acreditamos que um dos fatores mais evidente é que atualmente muitos parlamentares se intitulam sindicalistas, sem o serem de fato ou de direito. A isto soma-se o fato dos sindicatos estarem cada vez mais instrumentalizados pelos partidos políticos de centro e de direita, como reserva eleitoral para lançamento de candidaturas muito mais alinhados aos programas de partidos do que com os estatutos sindicais. A perda significativa da importância parlamentar da bancada sindical mais ligada à CUT nas eleições de 2010 e 2014, bem como o jogo de interesses políticos fizeram com que a instabilidade política do governo Dilma chegasse ao insustentável, permitindo lideranças sindicais parcialmente ideologizadas com a luta de esquerda e sindical, flexibilizassem seu ideário e votasse a favor do impeachment.

Ter finalmente parlamentares “*representantes da classe trabalhadora*” que possuem de alguma forma uma trajetória política fincada no combativo movimento sindical, votando em sua ampla maioria para destituir uma presidente eleita por um partido trabalhista e de massa no Brasil, se configura em um cenário estranho, incoerente ou mesmo paradoxal, que demonstra uma flexibilização ou alargamento da identidade política, ideológica e programática do movimento sindical brasileiro.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sergio H. (1988). Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados, Revista de Ciências Sociais*. v. 31, n. 1, p. 5-34.
- ALAI - Agencia latino-americana de informações. <http://www.alainet.org/>
- ALMEIDA, Gelson Rozentino de. (2007). O governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho e a Reforma Sindical. *Revista Katál*. Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 54-64.
- ALVES, Giovanni. (2003). Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política. . Bauru: Giovanni Alves,. 360 p.; 21 cm.
- ANTUNES, Ricardo L.C. (1985). O que é Sindicalismo, Coleção Primeiros Passos – Abril Cultural.
- _____. (1990). Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. 3. ed. São Paulo: Cortez, Ensaio, Autores Associados.
- _____. (1991). Novo Sindicalismo, Editora Brasil Urgente.
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. (2008). Capitalismo Sindical. São Paulo. Editora: Xamã.
- BOBBIO, Norberto. (2000). Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus.

- BONAVIDES, Paulo. (2006). *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores.
- BOITO JR., Armando; Marcelino, Paula. (2010). O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Caderno CRH, Bahia*, v. 23, n. 59, p. 323-338.
- CARDOSO, Adalberto M. (1999). *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (2003). *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2010). *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (2013). *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.
- _____. (2013b). As jornadas de junho e a mercantilização da vida coletiva. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 62, p. 22-30.
- _____. (2014). Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. In: CATTANI, Antonio D. (Org.), *Trabalho: Horizonte 2021*. Porto Alegre, Escritos, p. 121-145. 2014.
- _____. (2015). Dimensões da Crise do Sindicalismo Brasileiro. *Caderno CRH, Salvador*, v. 28, n. 75, p. 493-510, Set./Dez.
- CHECCHI, Daniele; VISSER, Jelle. (2005). Pattern persistence in European trade union density: a longitudinal analysis 1950-1996. *European Sociological Review*. v. 21, n.1, p.1-21.
- CORREA, Hercules. (1980). *A classe operaria e seu partido: textos políticos do exílio*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira. 247p. (Retratos do Brasil; 157).
- COSTA, Hermes Augusto. (2008). *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Edições Afrontamento.
- DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. (2014). *Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019 (Estudos Políticos do DIAP)*, Brasília.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconomicos. (2006). *Anuário - 2006*, 7ª Edição.
- _____. (2006). As greves de 2005. *Estudos e Pesquisas*. No. 20. Maio de 2006. Ano 2.
- _____. (2006). *O mercado de trabalho formal brasileiro: Estudos e Pesquisas*, n. 21, jun.
- _____. (2006). Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas – 2005. *Estudos e Pesquisas* n. 22. Agosto. Ano 3.
- DELGADO, Lucilia N. (1989). *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*, São Paulo, Marco Zero.
- ESTANQUE, Elísio. (2011). Trabalho, sindicalismo e acção colectiva: desafios no contexto de crise, in Elísio Estanque; Hermes Augusto Costa (orgs.), *O sindicalismo Português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 49-62.
- GOMES, Ângela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. (1989). *Getulismo e trabalhismo*. Editora Ática, São Paulo.
- GOMES, Vitor L. C. (2015). *Por que os homens não se rebelam: Aquiescência política em Antônio Gramsci*. 1ª Ed., Editora Letra Capital, Rio de Janeiro.
- GRAMSCI, Antônio. (1984). *Maquiavel: a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.
- IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. (2015). *Índice de confiança social*.

- JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim, CLETO, Murilo. (2016). Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil/André Singer...[et.al]; organização Coleção Tinta Vermelha – 1 Ed. São Paulo:Boitempo.
- LIMA Jr., O. B. (1983). Partidos políticos brasileiros – 45 a 64. Rio de Janeiro: Graal.
- LOWI, Michael. (2016). Da tragédia à Farsa, o golpe de 2016 no Brasil. In Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil/André Singer...[et.al]; organização Ivana Jinkings, Kim Doria, Murilo Cleto. Coleção Tinta Vermelha – 1 Ed. São Paulo:Boitempo.
- SINGER, A. (2006). Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. Opinião Pública, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, p. 136-163.
- MANFREDINI, KARLA M. (2008). Democracia Representativa Brasileira: O Voto Distrital Puro Em Questão. Florianópolis.
- MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: Obras Escolhidas, vol. 1. S. Paulo, Ed. Alfa-Ômega. pp 21-47.
- MICHELLS, Robert. (1982). Sociologia dos partidos políticos, Brasília: Universidade de Brasília.
- MIRANDA, Rodrigo (2013). Ativismo Artístico, a arte como protesto político. Pós-graduação em jornalismo cultural – UERJ, Rio de Janeiro, Julho.
- MOSCA, G. (1998). La clase política. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- NORONHA, Eduardo G. (1994). Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: C. A. de Oliveira, J. F. Siqueira Neto; M. A. de Oliveira (Orgs.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. Brasília/São Paulo/Campinas, MTb-PNUD/Cesit/Scritta, p. 323-358. 1994.
- _____. (2009). Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, v. 76, p. 119-168.
- PRONER, Carol, CITTADINO, Gisele, TENENBAUM, Marcio; FILHO, Wilson R. (2016) “A resistência ao golpe de 2016” Bauru/SP: Canal 6. 425 p; 23 cm. (Projeto Editorial Praxis)
- RODRIGUES, Iram J. (2013). Para onde foram os sindicatos? Alguns dados para reflexão. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindoia, setembro.
- RODRIGUES, José Albertino. (1979). Sindicato e desenvolvimento no Brasil. 2. Ed. São Paulo, SP: Símbolo.
- SANTOS, André Luís dos. (2013). Os trabalhadores e a representação de classe no Congresso. 2012. Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP).
- SILVA, Thamires C. da. (2010). ovas centrais sindicais: desafios e limites na contemporaneidade. FESPSP. URA: www.fespsp.org.br/sic2012/papers/2010/IISIC_Nova_Central.pdf
- SOUZA, Jesse (2014). A Radiografia Do Golpe: Entenda Como E Por Que Você Foi Enganado. Editora Leya, 2016. Transparência Brasil “Clãs político no congresso nacional”.
- SOUZA, Henrique J. C. (2011). Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos). Projecto Sociedade Civil e Democracia. Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- TRANSPARÊNCIA BRASIL. (2014). Clãs Políticos no Congresso Nacional.